

SUMÁRIO

<i>Prefácio (1ª edição)</i>	7
<i>Prefácio (desta 3ª edição)</i>	17
Capítulo 1 – PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO	
1.1 <i>Introdução</i>	23
1.2 <i>Elenco ilustrativo dos princípios regentes das relações de administração</i>	
1.2.1 <i>O pressuposto democrático</i>	31
1.2.2 <i>O catálogo de princípios fundamentais</i>	32
1.2.3 <i>O princípio do interesse público e a correlata subordinação das ações estatais ao princípio da dignidade humana</i>	34
1.2.4 <i>O princípio da proporcionalidade e a vedação de sacrifícios injustos, seja por excessos (abusos), seja por inoperância no cumprimento do exigível dever estatal</i>	38
1.2.5 <i>O princípio da legalidade e do acatamento da Administração Pública ao Direito</i>	43
1.2.6 <i>O princípio da imparcialidade ou impessoalidade</i>	49
1.2.7 <i>O princípio da moralidade e sua autonomia jurídica. O subprincípio da proibidade administrativa</i>	53
1.2.8 <i>O princípio da publicidade ou da máxima transparência</i>	56
1.2.9 <i>O princípio da confiança ou da boa-fé nas relações administrativas</i>	59
1.2.10 <i>O princípio da segurança das relações jurídicas associado ao princípio da motivação</i>	62

1.2.11	<i>O princípio da ampla sindicabilidade dos atos, contratos e procedimentos administrativos e o princípio da participação</i>	63
1.2.12	<i>O princípio da unicidade da jurisdição</i>	68
1.2.13	<i>O princípio da economicidade ou da eficiência e da otimização da ação estatal</i>	73
1.2.14	<i>O princípio da legitimidade</i>	76
1.2.15	<i>O princípio da responsabilidade objetiva da Administração Pública e dos entes prestadores de serviços públicos e o princípio da precaução</i>	77
1.2.16	<i>O princípio da intervenção estatal promotora do núcleo essencial dos direitos fundamentais: o Estado essencial, em mínimo, nem máximo</i>	80

1.3	<i>Conclusões</i>	86
-----	-------------------------	----

Capítulo 2 – O CONTROLE SOCIAL DO ORÇAMENTO PÚBLICO

2.1	<i>Introdução</i>	89
2.2	<i>Sobre o princípio da democracia e o controle social do orçamento público</i>	90
2.3	<i>Conclusões</i>	102

Capítulo 3 – O CONTROLE E A DEFESA DA CIDADANIA E DA SOCIEDADE: AÇÃO POPULAR E OUTROS INSTRUMENTOS PROCESSUAIS

3.1	<i>Introdução</i>	104
3.2	<i>Ação popular: conceito e legitimado ativo</i>	105
3.2.1	<i>O legitimado passivo</i>	112
3.2.2	<i>O objetivo</i>	113
3.2.3	<i>O processo</i>	
3.2.3.1	<i>O rito, sentença, efeitos e recursos</i>	114
3.2.3.2	<i>Competência e antecipação da tutela</i>	117
3.2.4	<i>O ato lesivo</i>	118
3.3	<i>A ação civil pública</i>	120
3.3.1	<i>Legitimação</i>	121
3.3.2	<i>Liminar</i>	123
3.3.3	<i>A sentença e os recursos</i>	124
3.4	<i>O mandado de segurança individual e coletivo</i>	
3.4.1	<i>Objeto</i>	126
3.4.2	<i>Procedimento do “writ” individual e coletivo</i>	128
3.5	<i>“Habeas data” e mandado de injunção</i>	132
3.6	<i>A defesa do consumidor de serviços públicos</i>	136
3.6.1	<i>Inversão do ônus da prova. Danos morais e patrimoniais</i>	138

3.6.2	<i>Eleição de foro. Responsabilidade subsidiária do Poder Público</i>	139
3.6.3	<i>Fiscalização do usuário. Cláusulas abusivas. Desconsideração da personalidade jurídica</i>	140
3.6.4	<i>Defesa do consumidor em juízo</i>	141
3.7	<i>Conclusões</i>	146
Capítulo 4 – O CONTROLE E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM FACE DOS PRECEDENTES JUDICIAIS		
4.1	<i>Introdução</i>	150
4.2	<i>Da necessidade de a Administração Pública acatar as decisões judiciais iterativas e pacificadas</i>	151
4.3	<i>Dos limites hermenêuticos aos “precedentes vinculantes” em relação ao Poder Judiciário: a necessária preservação do controle difuso</i>	157
4.4	<i>Conclusões</i>	159
Capítulo 5 – O CONTROLE E AS GARANTIAS EM FACE DAS REFORMAS CONSTITUCIONAIS		
5.1	<i>Introdução</i>	160
5.2	<i>As Reformas Constitucionais e a mudança de regime do agente controlador “lato sensu”: a necessária interpretação sistemática</i>	
5.2.1	<i>A Emenda Constitucional 19/1998 e o direito à estabilidade: conceituação e hipóteses de perda do cargo público</i>	
5.2.1.1	Conceituação	161
5.2.1.2	Hipóteses de perda do cargo público	162
5.2.2	<i>As Emendas Constitucionais e as garantias do servidor titular de cargo efetivo. A invocação de direito adquirido e o caso emblemático do teto</i>	
5.2.2.1	Direito Adquirido e as Emendas Constitucionais	170
5.2.2.2	O caso emblemático do teto	174
5.3	<i>Conclusões</i>	176
Capítulo 6 – O CONTROLE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS E A MORALIDADE NO DIREITO BRASILEIRO: O PRINCÍPIO DA PROIBIDADE E OS DESAFIOS DA CONCRETIZAÇÃO PRUDENTE		
6.1	<i>Introdução</i>	177
6.2	<i>O princípio da proibidade administrativa</i>	
6.2.1	<i>Desafios de uma aplicação comedida e proporcional ..</i>	187
6.2.2	<i>Espécies de improbidade e as sanções correspondentes: uma exegese harmonizadora</i>	189

6.2.2.1	Improbidade do art. 9º	192
6.2.2.2	Improbidade do art. 10	196
6.2.2.3	Improbidade do art. 11	197
6.2.3	<i>As penas de perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos: competência e reflexos na esfera administrativa</i>	
6.2.3.1	Competência	201
6.2.3.2	Perda da função pública	202
6.2.3.3	Ressarcimento do dano material e moral. Prescrição	203
6.2.4	<i>Arresto, legitimação e conciliação</i>	204
6.3	<i>Conclusões</i>	206

Capítulo 7 – CONTROLE DOS ATOS VINCULADOS E DISCRICIONÁRIOS À LUZ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

7.1	<i>Introdução</i>	209
7.2	<i>Ato administrativo vinculado</i>	
7.2.1	<i>Conceituação</i>	211
7.3	<i>Ato administrativo discricionário. O dever de motivar</i>	216
7.4	<i>Controle dos atos administrativos propriamente vinculados e dos atos de discricionariedade vinculada aos princípios fundamentais</i>	225
7.5	<i>Conclusões</i>	236

Capítulo 8 – CONTROLE DO EXERCÍCIO DO “PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA” EM FACE DO PRIMADO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

8.1	<i>Introdução</i>	238
8.2	<i>Reverendo as características do “poder de polícia administrativa”</i>	241
8.2.1	<i>Coercibilidade e proporcionalidade</i>	242
8.2.2	<i>Auto-executoriedade e motivação</i>	250
8.2.3	<i>Indelegabilidade</i>	251
8.2.4	<i>Indenização zero</i>	252
8.2.5	<i>Outras características</i>	254
8.3	<i>O conceito de “poder de polícia administrativa” e o primado dos direitos fundamentais</i>	256
8.4	<i>Conclusões</i>	257

Capítulo 9 – CONTROLE E ASPECTOS RELEVANTES SOBRE MOTIVAÇÃO, CONVALIDAÇÃO, ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

9.1	<i>Introdução</i>	259
-----	-------------------------	-----

9.2	<i>Dever de motivação dos atos administrativos</i>	260
9.3	<i>Dever de convalidação dos atos administrativos</i>	264
9.4	<i>Anulação dos atos administrativos. Prazo decadencial e respectivo cômputo. Tratamento diferenciado: existência de má-fé</i>	265
9.4.1	<i>Fato consumado</i>	267
9.4.2	<i>Abrangência da expressão “má-fé”</i>	268
9.4.3	<i>Outras hipóteses de incidência do prazo decadencial diferenciado</i>	268
9.5	<i>Diferença entre os atos nulos e anuláveis e o dever de convalidar</i>	270
9.6	<i>Revogação dos atos administrativos</i>	272
9.6.1	<i>Revogação e autorização</i>	273
9.7	<i>Conclusões</i>	279

Capítulo 10 – O CONTROLE E O TERCEIRO SETOR

10.1	<i>Introdução</i>	281
10.2	<i>Regime defeituoso das organizações sociais: o necessário aperfeiçoamento do modelo federal e o cotejo com o superior regime das organizações da sociedade civil de interesse público</i>	
10.2.1	<i>As organizações sociais</i>	282
10.2.2	<i>As organizações da sociedade civil de interesse público</i>	288
10.3	<i>Conclusões</i>	291

Capítulo 11 – CONTROLE DOS CONTRATOS PÚBLICOS: REGIME E DISTINÇÃO ENTRE PRINCÍPIOS E REGRAS, ASPECTOS PROCEDIMENTAIS, CONCESSÕES, PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E A NATUREZA JURÍDICA DAS PERMISSÕES

11.1	<i>Introdução</i>	294
11.2	<i>Controle dos contratos públicos ou administrativos</i>	
11.2.1	<i>Conceito de contrato público. Ponderações sobre as denominadas “cláusulas exorbitantes”</i>	294
11.2.2	<i>Regência preponderante dos princípios publicistas. Prerrogativas da Administração</i>	298
11.2.3	<i>Exceção de inadimplência contratual. Princípio da autotutela da Administração</i>	300
11.2.4	<i>Interpretação dos contratos administrativos: breves considerações</i>	301
11.2.5	<i>Equilíbrio econômico-financeiro intangível</i>	302
11.2.6	<i>Licitação Pública. Dispensa e inexigibilidade</i>	303

11.2.7	<i>Instrumento, prazo de vigência e extinção do contrato por revogação</i>	306
11.2.8	<i>Contratos relativos a atividades de exploração econômica</i>	307
11.2.9	<i>Avanços e deficiências no regime de licitações</i>	309
11.3	<i>O controle das delegações de serviços públicos</i>	
11.3.1	<i>Serviço universal</i>	312
11.3.2	<i>Titularidade do serviço público</i>	314
11.3.3	<i>Concessão de serviços públicos e as parcerias público-privadas</i>	317
11.3.4	<i>A extinção das concessões</i>	319
11.3.5	<i>Encargos do poder concedente e da concessionária e o poder de intervenção</i>	320
11.3.6	<i>Controle da permissão da prestação de serviços públicos</i>	321
11.3.7	<i>Controle e direitos do consumidor de serviços públicos</i>	326
11.3.8	<i>Controle da licitação para concessão e permissão de serviços públicos</i>	327
11.3.9	<i>Controle e responsabilidade da concessionária ou permissionária de serviços públicos</i>	330
11.4	<i>Controle e as autorizações de serviços públicos</i>	330
11.5	<i>As principais questões sobre delegação de serviços públicos</i> ..	332
11.6	<i>Conclusões</i>	341
	<i>Considerações Finais</i>	345
	<i>Bibliografia</i>	348